

--- Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório Municipal da Casa da Música, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

--- Ponto número um – Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração ao Regulamento do Programa “Crescer Melhor”;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da proposta da Carta Educativa do Concelho de Óbidos;-----

--- Ponto número três – Eleição de três representantes da Assembleia Municipal para integrarem a Comissão de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior;-----

--- Ponto número quatro – Período fora da ordem do dia.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados José Manuel Nobre Pereira e Rogério Manuel de Sousa Pinto Correia.-----

--- Usou da palavra o Senhor Deputado João Lourenço para informar que a acta da sessão extraordinária de dezasseis de Novembro de dois mil e cinco não estava correcta. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a acta já tinha sido discutida e aprovada e que na próxima sessão poderiam voltar a falar no assunto. Disse ainda que iriam ter mais atenção na elaboração das mesmas.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à sessão, entrando-se na ordem de trabalhos:-----

--- PONTO NÚMERO UM – Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração ao Regulamento do Programa “Crescer Melhor”: Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número mil novecentos e quarenta, de treze de Março do corrente ano, remetendo a proposta de alteração do Regulamento “Crescer Melhor”, para apreciação e eventual aprovação. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para informar que o regulamento teve que ser alterado e adaptado porque o Ministério da Educação comparticipa as refeições dos alunos do primeiro ciclo. Como não houve mais intervenções, foi o assunto posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade . Aprovado em minuta.-----

--- PONTO NÚMERO DOIS – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Carta Educativa do Concelho de Óbidos: Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal informando que iria fazer uma breve apresentação da carta educativa e o que iria ser visto em powerpoint era uma linha de orientação e desenvolvimento do sistema educativo. Assim, apresentou diapositivos, descrevendo-se, a seguir, o seu teor na generalidade: Finalidades – Orientar a expansão do sistema educativo; Tomar decisões

relativamente à construção de novos empreendimentos, ao encerramento de escolas e à reconversão de adaptação do parque escolar; Definir prioridades e otimizar a utilização dos recursos consagrados à educação. Construção de um projecto educativo local – Modelo onde se atribuem competências e poderes para o nível local; Desenvolvimento de dinâmicas educativas autónomas e papel activo, crítico e decisivo dos pais. Composição – Enquadramento legislativo; Âmbito territorial; Caracterização sócio-económica; Caracterização e evolução do sistema educativo; Pré-diagnóstico; Diagnóstico Estratégico; Propostas e Monitorização / Avaliação. Caracterização e evolução do sistema educativo – Comparação da oferta do ensino privado e público; Evolução do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar; Evolução do número de crianças a frequentar o primeiro ciclo do ensino básico; Evolução do número de crianças a frequentar o segundo ciclo do ensino básico; Evolução do número de crianças a frequentar o terceiro ciclo do ensino básico; Taxa de analfabetismo por freguesia. Pré-diagnóstico, principais conclusões – Caracterização física dos estabelecimentos avaliada como satisfatória; Cobertura Concelhia do serviço de refeições e atl; Oferta de actividades extra-curriculares; Uma taxa de cobertura total de educação pré-escolar; Uma taxa de escolarização total do primeiro ciclo do ensino básico; Uma significativa expressão do fenómeno de insucesso escolar; Uma reduzida oferta de cursos de formação; A inexistência do ensino secundário que poderá ser um factor crucial nas elevadas taxas de insucesso escolar. Diagnóstico estratégico – Eixo um – Reordenamento da rede educativa; Eixo dois – Aumentar a qualidade dos sistemas de educação e formação; Eixo três – Facilitar o acesso de todos à educação e à formação. Propostas – Eixo um – Uma sequencialidade entre os diferentes ciclos, como elemento propiciador do cumprimento, com sucesso da escolaridade obrigatória; A viabilização de um ensino secundário coeso e competitivo; A quebra do isolamento das escolas do primeiro ciclo do ensino básico, através da constituição de centros educativos; A racionalização, rentabilidade e melhoria dos recursos físicos. Freguesia de A dos Negros – Projecção da nova situação – Primeira fase – dois mil e seis – Transferência da escola básica um de Sancheira Grande para escola básica um de A dos Negros; Primeira fase de ampliação da escola básica um de A dos Negros; Sala polivalente para actividades extra-curriculares; refeitório e instalações sanitárias para adultos e crianças; - Segunda fase – A partir de dois mil e sete – Transferência da escola básica um de Gracieira para escola básica um de A dos Negros; Segunda fase de ampliação da escola básica um de A dos Negros, transformando-a num centro educativo composto por três salas de actividades, uma sala polivalente, centro de recursos, refeitório, gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação, gabinete para professores e campo polidesportivo com relvado sintético. Freguesia de

Amoreira – Projecção da nova situação – Primeira fase – dois mil e seis – Construção de um novo Jardim de Infância; Segunda fase – A partir de dois mil e sete – Transferência da escola básica um de Vale de Janelas para escola básica um de Amoreira; Ampliação da escola básica de Amoreira, transformando-a num centro educativo composto por duas / três salas de actividades, centro de recursos, sala de estudos e gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação. Freguesia de Gaeiras – Projecção da nova situação – A partir de dois mil e sete – Transferência da escola básica um de Quinta da Marquesa para o centro educativo de Gaeiras, composto por quatro / seis salas de actividades, uma sala polivalente, centro de recursos, sala de estudos, gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação, refeitório, campo polidesportivo e espaços para actividades extra-curriculares. Freguesia do Olho Marinho – Projecção da nova situação – A partir de dois mil e sete – Transformação da escola básica um de Olho Marinho em centro educativo composto por quatro salas de actividades, uma sala polivalente, centro de recursos, sala de estudos, gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação, refeitório e campo polidesportivo. Freguesia de Santa Maria – Projecção da nova situação – A partir de dois mil e sete – Transferência da escola básica um do Bairro, A da Gorda e Arelho para o complexo escolar (Santa Maria e São Pedro) composto por salas de actividades, centro de recursos, gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação, refeitório, complexo polidesportivo, gabinetes de órgãos de gestão e salas para a realização de actividades extra-curriculares; Construção do novo jardim de infância do Arelho e adaptação do actual parque escolar de A da Gorda para salas pré-escolar. Freguesia de São Pedro – Projecção da nova situação – A partir de dois mil e sete – Transferência da escola básica um de Óbidos para o complexo escolar (Santa Maria e São Pedro) composto por salas de actividades, centro de recursos, gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação, refeitório, complexo polidesportivo, gabinete de órgãos de gestão, salas para realização de actividades extra-curriculares; Hipótese – Transferência do jardim de infância de Óbidos para o pré-escolar de A da Gorda e transformar o actual jardim de infância em creche; Adaptação da actual escola básica dois, três no sentido de possibilitar: Um ensino secundário coeso e competitivo, início de cursos profissionais e continuação de cursos de educação e formação (CEF) de nível dois e início dos níveis um, três e quatro. Freguesia do Sobral da Lagoa – Projecção da nova situação - A partir de dois mil e sete – Transformação da escola básica um do Sobral da Lagoa em centro educativo composto por duas salas de actividades, uma sala polivalente, centro de recursos, sala de estudos, gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação, campo polidesportivo. Freguesia de Usseira – Projecção da nova situação – A partir de dois mil e sete – Transformação da escola básica um da Usseira

em centro educativo composto por três / quatro salas de actividades, centro de recursos, gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação, campo polidesportivo. Freguesia do Vau – Projecção da nova situação – A partir de dois mil e sete – Transformação da escola básica um do Vau em centro educativo composto por três / quatro salas de actividades, centro de recursos, gabinete de atendimento aos pais e encarregados de educação, gabinete para professores, campo polidesportivo e sala polivalente. Resumo das propostas de reordenamento – Estimativa de custo – Sete milhões novecentos e quinze mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e vinte cinco cêntimos. Reconversão dos edifícios escolares – As escolas básicas um de Arelho, A da Gorda e Gracieira vão ser reconvertidas em pré-escolar e as escolas básicas um de Trás do Outeiro, Bairro, Óbidos, Capeleira e Sancheira Grande vão ser reconvertidas para formação profissional e educação e formação de adultos. Eixo dois – Aumentar a qualidade dos sistemas de educação e formação – Aumentar a autonomia das escolas; Desenvolver programas e projectos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar; Estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias em idade precoce; Assegurar o acesso de todas as crianças e jovens às TIC; Apostar no empreendedorismo e na inovação. Eixo três – Permitir o acesso de todos à educação e à formação – Tornar a aprendizagem mais atractiva para os jovens que estão no sistema de ensino, incentivando-os a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória. Informou ainda que para o complexo escolar de Óbidos não existe financiamento atribuído pelo Ministério da Educação, esperando que tal venha a ser uma realidade e que a Câmara vai candidatar-se a fundo do QCA, sendo o complexo para construir em quatro anos. Agradeceu ao agrupamento de escolas e a todos os que participaram na elaboração da carta educativa. A Senhora Deputada Cristina Rodrigues usou da palavra para saudar a carta educativa e chamou a atenção para o transporte escolar, dado o fecho de algumas escolas, para o reconhecimento e validação de competências, dado que a maior parte das pessoas não possui o nono ano de escolaridade, estando o Ministério da Educação a viabilizar o reconhecimento até ao décimo segundo ano. Disse ainda que o décimo segundo ano está estabilizado e está estabelecido com o linear desenvolvimento de educação dos jovens e que contemple o seguimento dos estudos e os prepare com a qualificação profissional. Afirmou também que o financiamento é atribuído pela zona centro. O Senhor Deputado João Lourenço entregou à Mesa duas moções do Grupo Municipal do PS. O Senhor Deputado Luís Carvalho informou que o documento mais extenso tem a ver com um contributo para que seja reconhecida a estratégia que o PS e o seu Vereador irão seguir no que respeita à educação, não sendo uma moção. O outro documento é uma moção e procura alertar a Câmara para o estado dos sites das escolas. O

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a moção, que a seguir se transcreve: “As novas tecnologias de informação e da comunicação nas nossas escolas – Num tempo em que a comunicação atravessa o mundo a uma velocidade avassaladora, num tempo de globalização, importa garantir uma plena articulação e comunicação entre as escolas do Concelho. Além de garantir plataformas de Internet importa igualmente garantir formação de alunos, pais e professores, um adequado e fiável apetrechamento informático (equipamento e software), a execução de redes e a sua permanente manutenção. E não basta fazer de conta que se faz. O caso dos sites das nossas escolas do primeiro ciclo é gritante. Não basta dizer que as escolas têm site se estes não são mantidos nem actualizados. Em franco contraste com o site da CMO, os sites das escolas do Concelho são autênticos verbos de encher. Sob a vergonhosa designação “under construction” (nem está escrito em português) os sites das escolas foram claramente deixados à sua triste sorte. No site da EB um de A da Gorda os “trabalhos dos alunos” e o “projecto educativo” estão inacessíveis. No site da EB um de A dos Negros só há “primeira página” e uns versos de alunos. No site da EB um da Amoreira há umas fotos e nada mais. Sob a capa de um falso modernismo, os sites das escolas do Concelho podem bem ser lidos como sinais preocupantes de uma tentativa para esconder carências. Assim, impõe-se a concretização de um programa da responsabilidade do município através do seu gabinete de educação, em parceria com o espaço Internet e das escolas, para a concretização de uma verdadeira estratégia de implementação da sociedade da informação e do conhecimento que passe, desde logo, por uma real política de acompanhamento das tecnologias da informação nas nossas escolas do primeiro ciclo. É caso para dizer que as novas tecnologias de informação nas nossas escolas estão: under construction. O Partido Socialista propõe assim à Assembleia Municipal que aprove uma moção que visa propor à Câmara Municipal de Óbidos que promova uma real política de aplicação das novas tecnologias nas escolas do Concelho, começando por dar dignidade e dinamismo aos sites das escolas do primeiro ciclo.”, e informou que sendo uma reunião extraordinária só se discutiam os assuntos agendados, mas que a mesma iria ser posta à votação. O Senhor Deputado José Oliveira disse que conhecia os documentos, pois um foi entregue dois dias antes da sessão extraordinária e o outro no seu início e achava que alguns temas poderiam ser interessantes, mas deviam ter sido apresentados no Conselho Municipal de Educação, bem como as propostas, dado que existem pessoas ligadas ao PS no já citado Conselho. De seguida leu o documento que a seguir se transcreve: “Moção do PS – Tentativa da partidarização da educação - O Grupo parlamentar do PSD, leu a carta educativa, ao contrário do PS, e tem acompanhado face às suas responsabilidades todo o investimento que o Executivo Municipal tem

realizado desde dois mil e dois, na educação. Foi nesse enquadramento que surgiu o programa crescer melhor, e foi assim que o inglês, as refeições, a música, a dança e todas as outras actividades de atl, chegaram ao Concelho mesmo antes do Eng. Sócrates chegar a Primeiro Ministro; Também o aumento do número de crianças no pré-escolar e no primeiro ciclo e a construção de novos jardins de infância ou a recuperação do parque escolar são a prova clara e inequívoca da prioridade que o PSD tem dado à educação no Concelho, já para não referir o próprio trabalho profundo que se reflecte nesta proposta de carta educativa que hoje está aqui em discussão. E é essa proposta que deve merecer a nossa atenção. É a carta educativa que está em cima da mesa e não a perspectiva que o PS tem da educação. Aceitamos que sejam dados contributos e para tal, a proposta antes de ser apreciada em Câmara, onde não houve qualquer contributo do PS, correu o Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo, que por unanimidade emitiu parecer favorável, após várias sugestões e contributos dados durante a apreciação do documento. Assim, foi possível alargar a outras entidades que não a Câmara a sua própria proposta, e assim foi possível ter o agrupamento de escolas, a DREL, as Juntas, os professores, os pais entre outros. Foi pena que as pessoas desta Assembleia que pertencem ao PS, na Câmara não tivessem ou não soubessem apresentar propostas concretas mediante a metodologia de carta educativa que foi seguida, em estrito cumprimento do que o Ministério da Educação impõe e determina. Isto demonstra a tentativa golpista que o PS tem dos assuntos do Concelho, numa atitude praticamente esquizofrénica de querer aparecer e a falar de assuntos que não domina, apresentando propostas que no essencial já estão em funcionamento. Esta é fundamentalmente, mais uma história. Por isso, tanto quanto sabemos, as questões elencadas pelo PS mostram uma ignorância profunda, repito, profunda do que está a ser desenvolvido em Óbidos. Gostava até que o Senhor Presidente da Câmara pudesse comentar estes chavões sobre as pessoas, os profissionais, os pais e encarregados de educação, as crianças com necessidades especiais, os adultos e a formação ao longo da vida, que mostram bem o desconhecimento e pior mostram que nem sequer tiveram o respeito de ler a proposta da carta educativa; Por outro lado, fale, explique Sr. Presidente sobre os meios que estão previstos, as TIC, as actualizações dos sites, a rede de biblioteca, a criação de um gabinete de orientação escolar e desenvolvimento vocacional, já para não comentar essa marca interessantíssima de resolução do projecto educativo com a introdução do xadrez nas escolas, ou da critica demagógica que mais não é do que um tiro no pé quando o PS fala que não precisamos de ensino superior, dado que isto resolve-se com umas massas a uns jovens irem estudar para fora para voltarem para cá doutores. Pior do que tudo é uma tentativa de partidarização da educação pelo Partido Socialista. Não trás nada, nem

acrescenta nada à proposta da Câmara Municipal de Óbidos. É uma proposta exclusivamente partidária, sem qualquer auscultação ou participação exterior ao Partido Socialista, ao contrário da carta educativa trabalhada com várias entidades e votada favoravelmente em Conselho Municipal de Educação. O documento é fraco, vazio sem qualquer objectivo, cheio de lugares comuns e totalmente inútil. Demonstra a falta de cultura de responsabilidade, pois entra com dados de insucesso da Educação, como se o Partido Socialista não fosse o único responsável pela Educação até dois mil e um no Concelho de Óbidos. Procura dividir a Assembleia com uma proposta partidária, quando sabe que o processo foi altamente mobilizador, teve a participação de muitas entidades e por isso, votar a moção seria injectar dados novos não discutidos e não consensualizados no Concelho de Óbidos. Sustenta um principio que contraria toda a posição já consensualizada e em que o Executivo e o Partido Social Democrata não se revê. É contra o Ensino Superior em Óbidos e tem uma visão claramente passiva do Concelho quanto ao seu papel no Ensino Superior em Portugal. A proposta se for votada deve por isso ser rejeitada e contará com todos os votos contra do Partido Social Democrata (PSD) por ser considerada altamente lesiva e até negativa quanto à visão de Projecto Educativo no Concelho. Não fala no reordenamento das redes do pré-escolar, do primeiro ciclo, das creches, do secundário, da formação pós-secundária e é contra o ensino superior no Concelho; omite o financiamento, não toca na autonomia e num projecto ligado ao sistema produtivo e ignora uma grande noticia para o Concelho que é este investimento superior a oito milhões de euros a fazer em quatro anos e que mostra a vontade e a prioridade que finalmente e sem demagogias se está a dar à Educação em Óbidos.”. Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho para esclarecer que o documento entregue não é uma moção, não é uma alternativa à carta educativa, mas sim, um contributo para a Câmara Municipal. O Senhor Deputado Eduardo Silva congratulou-se com a apresentação da carta educativa, pois a mesma contribui para a igualdade de oportunidades e é um instrumento de mudança de mentalidades, tendo sido fundamental a colaboração de várias entidades na sua elaboração e disse que o reconhecimento e validação de competências devia contemplar o tele-trabalho, o trabalho ao domicilio e o trabalho temporário. O Senhor Deputado Albino Sousa disse que o documento tem escrito moção, pelo que foi assim que o consideraram quando foi apreciado. Quanto à moção propriamente dita, afirmou que o PSD não a aceita e não concorda que seja posta à votação. O Senhor Deputado José Oliveira reafirmou que o que está escrito no documento é moção. O Senhor Deputado Vítor Rodrigues afirmou que o que está escrito no documento é uma cópia da moção entregue na mesa e é o que consta da carta educativa, não gostado da forma como o Senhor Deputado Luís

Carvalho falou. Em relação ao tic e aos sites das escolas informou que não existem condições nem tempo para formalizar as páginas e que não se deve exigir que os sites das crianças sejam elaborados por professores. Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para agradecer as intervenções dos Senhor Deputados e informar que a rede de transportes escolares já existe no Concelho de Óbidos e funciona, tendo a Autarquia apoiado a compra de nove carrinhas quando foi criado o projecto crescer melhor. Sobre o reconhecimento e validação de competências, informou que existe, havendo duas entidades que o fazem, a Adro e o Sindicato. A Adro já reconheceu mais de mil pessoas e abrange toda a região oeste. Disse que uma coisa é o cidadão não saber da sua existência, outra é o Deputado da Assembleia Municipal não o saber. Sobre o financiamento afirmou que o mesmo é feito pela zona centro. Disse que Óbidos tem uma grande responsabilidade, porque foi numa reunião de Conselho de Ministros realizada neste Concelho, que foi decidido o financiamento para a qualificação, recursos humanos e tecnologia e que a carta educativa é uma carta para a vida, para a população e não só para a idade escolar. Ser contra o ensino superior em Óbidos não tem razão de ser, é negativo. Não existe formação na área da restauração. Não pensa só nos jovens que moram no Concelho mas quer que venham também de fora, com as respectivas famílias. É um atentado para o desenvolvimento do Concelho não haver ensino superior. Sobre o ensino do Inglês afirmou que é dado por bons professores, os quais são preferidos pelos pais em relação aos do Ministério da Educação. Em relação à estratégia do PS disse que não está preocupado e que tinha sido convidado para o seu contributo na elaboração da carta educativa. O recrutamento de profissionais do sistema educativo é responsabilidade do Ministério da Educação e não da Câmara. Deviam tentar saber primeiro como as coisas se passam para depois poderem falar. Já existe um gabinete de apoio a famílias com pessoas com deficiência e foram criadas condições no espaço Internet para os deficientes poderem usar os computadores. Informou ainda que os sites das escolas são da responsabilidade do Ministério da Educação e o tele-trabalho está englobado no tic. Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Carvalho para refutar as críticas feitas ao documento apresentado e que o mesmo não era para ser analisado na Assembleia Municipal tendo sido só entregue ao PSD. Considerou as críticas injustas e sabe que vai ser confrontado com a designação de estrangeiro em Óbidos. Leu a carta educativa com atenção e várias vezes com o objectivo de perceber o que estava em causa, admitindo que nem todos o fizeram. Disse que o recrutamento de pessoal docente e outros recursos humanos não é da responsabilidade da Câmara e não está mencionado no documento. Nas áreas onde a Câmara Municipal pode ter responsabilidade deve explorar o reforço de meios humanos. É a própria carta que reconhece a falta de estabelecimentos para crianças com

deficiência. Não está imputada responsabilidade à Câmara na elaboração das turmas. É a Câmara que anuncia a existência de sites nas escolas e que a rede de bibliotecas não passa só pela criação de um bibliomóvel. A carta educativa não pode ser partidarizada, mas pode haver outras ideias. Ao PS é reservado espaço de crítica e de contra proposta. Mesmo que o PS quisesse partidarizar não era possível, pois os dados do Instituto Nacional de Estatística são do período em que o PS esteve à frente da Câmara Municipal. Teria sido fácil actualizar os números e espera que já não sejam tão negros. Analisou várias cartas educativas e as mesmas variam muito pelo que o Ministério da Educação tem responsabilidade pois devia tipificar as mesmas. É mais importante ter esta carta do que não ter nenhuma. Para finalizar fez uma análise à página onde estão definidas as despesas e disse que há incoerência entre o apresentado e o que foi aprovado no orçamento para dois mil e seis, tendo perguntado quanto é que a Câmara investe e quanto é que espera de financiamento, pois só consegue identificar um investimento de três milhões de euros. Pediu esclarecimentos sobre os prazos indicados para conclusão das obras. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que estavam à duas horas e trinta minutos a discutir o ponto número dois da ordem de trabalhos, pelo que se iria cumprir o regimento. O Senhor Deputado Vítor Pedras afirmou que o documento apresentado pelo PS não é sério e teceu considerações sobre o mesmo. A Senhora Deputada Anabela Corado disse que as taxas de abandono escolar são uma calamidade e saudou o incremento à formação técnica e profissional. Afirmou ainda que os pais tem um papel importante na actividade das escolas, que não passa só por fiscalizar os professores. Perguntou aonde vai ser construída a segunda fase do centro educativo de A dos Negros e se vão ser criadas salas de estudo no primeiro ciclo do ensino básico e quem suporta o custo dos técnicos. Por fim falou sobre o empreendedorismo e perguntou se é uma área curricular a acrescentar às existentes ou é para substituir por outra. A senhora Deputada Cristina Rodrigues disse que não gostou da forma como o Senhor Presidente da Câmara analisou a sua intervenção, já que se tinha congratulado com a carta educativa, pelo que se via na iminência de acusar o Senhor Presidente de delírio persecutório. O Senhor Deputado Albino Sousa afirmou que também leu a carta educativa, bem como o documento apresentado pelo PS, tendo ficado satisfeito por terem retirado a palavra moção do documento. A moção apresentada é um resumo do que está escrito no documento. Perguntou se o Senhor Deputado Luís Carvalho tinha conhecimento de Deputados que não leram a carta. O Senhor Deputado Luís Carvalho respondeu que teve o cuidado de dizer que admitia que nem todos leram a carta educativa e que o documento apresentado não era cópia de outras cartas. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que quando comentou as afirmações da Senhora Deputada Cristina

Rodrigues usou alguns termos que não lhe eram dirigidos. Sobre estrangeiros disse que não vale a pena falar, mas não é por se ter uma casa no Concelho para passar fins de semana que se é Autarca. Quem vive diariamente no Concelho conhece melhor a sua realidade. Ouviu os órgãos consultivos e a carta educativa tem o contributo de todos. Sobre os jardins de infância disse que os valores já estão identificados, visto que já existe orçamento para os mesmos. Espera que o financiamento seja feito através do Ministério da Educação. Quanto ao alargamento do centro educativo de A dos Negros, o mesmo vai ser feito dentro do perímetro da escola e também para fora do mesmo, em terreno adquirido pela Câmara. As salas de estudo são para todos os níveis de ensino. O empreendedorismo não vai aumentar a carga curricular. Por fim disse que tudo o que foi apresentado é para fazer no actual mandato, deste que não falte o apoio financeiro.-----

--- Como não houve mais intervenções foi a moção apresentada pelo PS posta à votação, tendo sido reprovada, com dezassete votos contra, quatro votos a favor e uma abstenção. O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que não votou porque do ponto de vista jurídico tem dúvidas sobre o seu efeito.-----

--- De seguida foi posta à votação a Carta Educativa do Concelho de Óbidos, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta.-----

----- O Grupo Municipal do PS disse que ia apresentar uma declaração de voto nos prazos regulamentares.-----

----- PUNTO NÚMERO TRÊS – ELEIÇÃO DE TRÊS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM A COMISSÃO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: - O Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Ao abrigo das disposições legais e regimentais, o Grupo Municipal do PSD vem propor os seguintes representantes da Assembleia Municipal (ponto três desta sessão): Primeiro – Victor Leal Pedras; Segundo – Victor Rodrigues; Terceiro – A apresentar pelo Grupo Municipal do PS”. O Grupo Municipal do PS viu com agrado a facto de ter sido chamado a integrar a Comissão e indicou a Senhora Deputada Cristina Rodrigues. Posta à votação foi a proposta aprovada com vinte e um votos a favor e uma abstenção.-----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar os parabéns a todos pela forma como decorreu a análise, apreciação e votação da carta educativa.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi dada a palavra aos Municípios presentes.-----

--- Usou da palavra o Município Custódio Sousa, residente em Óbidos, para inquirir o Senhor Presidente da Câmara sobre agricultura e saúde pública.

Informou que no Novo Mundo em A da Gorda existem esgotos a correr a céu aberto e na sua propriedade também existe um. Sobre a agricultura disse que este ano é de grande crescimento vegetativo e perguntou o que a Câmara pensa sobre a mesma. Informou ainda que existe uma ponte junto aos brejos do Sobral da Lagoa que está em mau estado. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o tema em análise era a carta educativa e aí estava contemplada a saúde. Vai pedir ao responsável pelo sector do saneamento para resolver o problema dos esgotos, sendo a saúde pública essencial para a Câmara. Existem ainda problemas ao nível do saneamento básico, estando a ser feito um enorme esforço para os resolver. As redes já são antigas e necessitam de ser modificadas o que é muito dispendioso. Sobre a agricultura convidou o Senhor Vereador do Pelouro a usar da palavra e informou que foi criado o Gabinete de Desenvolvimento Rural, que houve um acompanhamento permanente na construção da barragem e que se vai apostar na ginja e sua promoção. O Senhor Vereador Humberto Marques disse que a Câmara evitou que houvesse um esvaziamento da barragem pelo Hidra e que a mesma será fechada para o primeiro enchimento dentro de oito dias. O caminho que vai dos Casais do Alvito ao Casais da Areia estará concluído dentro de três meses. Houve candidaturas para apoio à ginja e desenvolvimento de pomares. Vão avançar com tecnologias de apoio à produção, com estações para se saberem as condições atmosféricas e com sistemas de incentivos aos produtores.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas uma hora e vinte minutos do dia um de Abril do corrente ano, e eu, Frederico Manuel de Sousa Garcia, lavrei a presente acta que vou assinar.-----